O ensino de regência para o Curso Licenciatura na Escola de Música da UFRJ: observações através do currículo vigente para o Curso de Licenciatura em Música (2009)

MODALIDADE: PÔSTER

SUBÁREA: EDUCAÇÃO MUSICAL

Valéria Garcia Soares
UFRJ – valeriagarcia@ufrj.br

Resumo: Este artigo objetiva examinar como é empregado o ensino de Regência para o licenciando em música da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A pesquisa foi proposta com base na literatura da área que, apesar de escassa, aponta a regência como uma habilidade importante a ser desenvolvida durante a formação do professor de música. Por meio desta pesquisa constatou-se que, apesar das transformações ocorridas no currículo na tentativa de adequar o ensino para a formação do professor de música, os moldes de ensino ainda se encontram atrelados ao modelo tradicional conservatorial.

Palavras-chave: Licenciatura em Música. Currículo. Escola de Música da UFRJ. Ensino de Regência.

Teaching Conducting in the Undergraduate Courses at the UFRJ School of Music: Remarks on the Current Curriculum for the Music Education Undergraduate Program (2009).

Abstract: This paper aims at examining how the conducting studies are applied, in the undergraduate level, for the student at the music education program of the Federal University of Rio de Janeiro - School of Music. The research was based on literature of the area, which, although regarded as scarce, indicates conducting as an important ability to be developed during the education process of the music teacher. After going through this study, it was verified that, despite of the transformations occurred in the undergraduate curriculum, in the attempt of adequating it for the music educator, the teaching models are still tied to the traditional conservatory system.

Keywords: Music Education Undergraduate Courses. Curriculum. School of Music of UFRJ. Conducting.

1. A regência para o educador musical

Regência é a mais antiga forma de condução para performance de grandes conjuntos, visto que facilita a execução instrumental e/ou coral realizado por um grande número de pessoas; porém, é uma prática que ainda se restringe à performance do profissional da Regência (FIGUEIREDO, 2006), existindo assim um curso específico para a formação destes profissionais.

Segundo Grings (2011), a necessidade da inclusão da regência na formação do professor de música das escolas brasileiras, pode ser considerada como oficial através da implantação do Projeto do Canto Orfeônico¹ no Brasil. O autor aponta que esses cursos intitulados como Curso Especializado de Música e Canto Orfeônico foram criados afim de que os professores das escolas primárias pudessem se especializar e, conseqüentemente, desenvolver o projeto nas escolas. Em ambos os projetos, os professores de música assumiam

a função de regente, de ‘liderar’ e ‘conduzir’ o ensino de música para estudantes em escolas através da atividade do canto coletivo. Para isso, eles utilizavam elementos técnicos e metodológicos de regência, como o gestual para ‘comunicar’ o discurso musical e formas de ensinar o grupo a solfejar e cantar coletivamente. Prenunciam-se através deste exemplo, como esses dois cargos, professor de música e regente, se relacionam em atividades de educação musical, especialmente em grupos (GRINGS, 2011. p. 34).

Contudo, o autor aponta que, entre os fatores que determinaram a decadência do projeto de Villa-Lobos estão os problemas gerados na capacitação dos professores através desses cursos, por consequência do número de educadores capacitados para ministrar esses cursos ser menor que a demanda causando, assim, deficiências quanto à qualidade da formação desses profissionais. Todavia, a afinidade entre educação musical através do canto coral e a necessidade de capacitação do professor de música para tal, têm ressurgido atualmente no espaço acadêmico.

Recentemente, alguns estudos consideram a aproximação da regência com o âmbito da educação musical, por ser uma prática que tem por objetivo o ensino e aprendizagem (GRINGS, 2011). Estudos como, por exemplo, os de D’Assumpção Júnior (2010), Costa (2007), Figueiredo (2006), abordam a importância do regente como educador musical e discutem como a regência acontece nesses tipos de atividades. Nesses trabalhos, o que se constatou é que a maioria dos regentes formados em cursos específicos de regência (seja em cursos técnicos, bacharelados, entre outros) tendo que, conseqüentemente, cumprir a função como educadores musicais nos espaços como escolas, projetos, entre outros, estes, em virtude de sua formação, não possui estrutura pedagógica para operar. Em contrapartida, outro fato apontado é como são raros os professores de música, egressos dos cursos de licenciatura, preparados e com conhecimento suficiente para reger. Em ambos os casos, o que ocorre é que tais profissionais, diante dos fatos, acabam por se adaptar às necessidades do grupo, que na maioria das vezes são formados por amadores em geral (de empresas, escolas, igrejas e outras instituições). Assim, esses regentes e educadores, iniciam o trabalho com informações muito escassas a respeito das competências musicais pedagógicas ligadas às competências técnico musicais para o desenvolvimento de questões relacionadas a ensaios e condução de um grupo.

Tão logo, este fato tem suscitado a questão da regência para o educador musical nos cursos de licenciatura em música, porque já que a regência é disciplina exigida nos cursos de graduação e o licenciando em música está recebendo a formação pedagógica necessária para atuar, caberia então, aos egressos desses cursos, reger tais grupos. Mas como, de fato, acontece o ensino de Regência durante a formação dos alunos de licenciatura?

2. O ensino de Regência para a licenciatura em música na UFRJ

No Curso de Licenciatura da Escola de Música da UFRJ objetiva-se trabalhar com as competências da Regência, obrigatoriamente, para o licenciando a partir do 5º período do curso, através de três disciplinas: “Introdução à Regência I”, “Introdução à Regência II” e “Metodologia do Ensino da Música IV”. No currículo do curso ainda é possível observar que as disciplinas de Introdução à Regência I e II são comuns para os cursos de bacharelado e licenciatura. A oferta dessas disciplinas ocorre sendo ministradas por professores específicos de cada curso em que se aplicam a regência: Banda, Coro e Orquestra, não havendo nenhuma restrição quanto à escolha do aluno de cursar tais disciplinas com professores diferentes de seu curso, visto que a descrição nos ementários são os mesmos.

A disciplina de “Introdução à Regência II” configura-se, de acordo com a ementa, como a continuação do trabalho iniciado na disciplina de “Introdução à Regência I”. Na prática, tal continuidade nem sempre ocorre, geralmente, devido à oferta da disciplina que pode não condizer com a disponibilidade do planejamento curricular do aluno, resultando, conseqüentemente, na troca de turma. Desta forma, teremos a descrição de duas turmas de “Introdução à Regência II”, com professores diferentes, distinguidas como *turma A* e *turma B*.

A disciplina de “Metodologia do Ensino da Música IV” é componente apenas do currículo da licenciatura. Apesar de seu nome não mencionar o termo regência, foi possível observar em sua ementa a alusão à prática. Também foi possível observar que a dinâmica dos encontros ocorria com configuração a valorizar, de certa forma, a observação e a prática. Isso porque uma das aulas da semana é direcionada a trabalhar com o grupo as questões técnicas regendo peças trazidas pelo professor e em outra os alunos deveriam assistir aos ensaios da formação do Coro Infantil da UFRJ que ocorrem regularmente na instituição. Diante disso, percebe-se que nessa disciplina são revistos, agora com repertório específico, os elementos trabalhados nos períodos das disciplinas de Introdução à Regência. Contudo, vale ressaltar que na distribuição curricular, o requisito exigido para cursar tal cadeira não corresponde às disciplinas que introduzem os elementos de regência para o indivíduo. No grupo de Regência, existem ainda as disciplinas optativas que visam complementar e viabilizar que o licenciando experiencie o exercício da regência, na prática, em níveis e gêneros musicais diferentes. São elas as disciplinas chamadas “Regência de Corais Escolares I e II”. É possível observar tais informações através da matriz curricular para o Curso de Licenciatura (2009) disponível na página da Escola de Música da UFRJ através do endereço eletrônico www.musica.ufrj.br.

Como faz notar, para pesquisar o ensino de Regência no Curso de Licenciatura da UFRJ, adotou-se uma perspectiva de investigação qualitativa. A princípio foi realizado um

levantamento através de documentos da instituição, como Projeto Pedagógico e o currículo atual do Curso, a fim de observar como estão estruturadas as disciplinas de Regência para a Licenciatura. Posteriormente foram considerados também os documentos anteriores para análise, porém sem a pretensão de aprofundamento, da historicidade dessa disciplina no curso. Conquanto, a fim de que o trabalho não se limitasse à teoria, buscou-se observar as aulas e entrevistar os alunos. Para isso, os procedimentos realizados para conseguir estes dados, como a observação e questionário, foram de extrema relevância para alcançar os objetivos.

Na revisão bibliográfica observa-se que o levantamento sobre o ensino de regência para o Curso de Licenciatura, no Brasil, é recente. Porém, essa é uma atividade frequentemente exercida como ferramenta para o professor de música. Este fato torna-se claro quando Grings (2011) afirma ter sido essa prática iniciada no Brasil através do projeto de canto orfeônico de Villa-Lobos. Também é perceptível na fala dos alunos quando alegam utilizar a regência em suas aulas antes mesmo de tê-las cursado na Universidade.

Deste modo, na análise documental observando a estruturação das disciplinas de Regência no currículo de 2004 comparado com o de 2009, é possível perceber que estas vêm tomando considerável espaço no currículo. Com as transformações ocorridas no currículo atual, percebe-se a ampliação das disciplinas como obrigatórias visando o desenvolvimento de conhecimento básico e habilidades técnicas de regência para o licenciando, além das optativas que o aluno poderá escolher para complementar a formação. Assim sendo, depreende-se que a UFRJ considera a regência como uma possível ferramenta para a futura prática profissional do licenciando. Porém, mesmo com as modificações realizadas nas disciplinas de regência do atual currículo, nas aulas foi possível observar a constante superação das lacunas existentes nas ementas quanto aos conteúdos a serem abordados durante o curso para os elementos de regência. Diante disso, aponta-se para o fato de que isso é um problema não só para os alunos do Curso de Licenciatura, mas de todos que, de um modo geral, participam de algumas disciplinas como “Introdução à Regência I e II”, visto que para estas, as ementas são comuns tanto para o bacharelado como para a licenciatura.

Assim, respondendo a questão da pesquisa, iniciando pela disciplina de “Introdução à Regência I”, nota-se que sua ementa preceitua uma introdução voltada para dados históricos como “fundamentos teóricos da regência e a história da regência, da orquestra e do coral”. Também volta-se para o ensino do desenvolvimento dos elementos para prática de regência descrita como “comunicação e expressão através da gesticulação e preparação corporal básica e postura”. Na prática foi observado que o que ocorre, de fato, é que o ensino vai além do que prescreve a ementa, direcionado em adquirir habilidades

técnicas com treino dos padrões métricos e gestuais através de exercícios rítmicos. Não sendo diferente nas disciplinas de “Introdução à Regência II”, tanto na *turma A* quanto na *turma B*, a prática vivenciada nas aulas supera o que sugere a ementa. Então todos os conteúdos que agora deveriam ser ministrados na “Introdução à Regência II”, na prática em ambas as turmas, já foram abordados na “Introdução à Regência I”; o curso então segue com continuidade aos conteúdos, eleitos necessários para que o aluno possa dar conta dos elementos que serão cobrados em disciplinas posteriores a “Introdução à Regência II”.

Quanto às disciplinas em que são aplicados diretamente repertórios que necessitam dos conteúdos ensinados nas disciplinas de Regência, a saber, “Metodologia do Ensino da Música IV” e “Regência de Corais Escolares”, pode-se dizer que a articulação entre suas ementas com o que é realizado em aula ocorre de fato como é prescrito. Porém, ainda ocorre o apelo à performance e o desenvolvimento baseado na observação. Esses fatos, apontados sendo como um dos efeitos do *habitus conservatorial*², acaba por descumprir o objetivo principal da regência como ferramenta para o professor de música. Igualmente, a falta de clareza das disciplinas no currículo e os modos como são desenvolvidas durante o curso, visando a formação do regente moldado de acordo com os ditames do estilo conservatorial francês do Século XIX, condiciona os alunos a cumprir somente as disciplinas obrigatórias, e conseqüentemente, cortando o processo para qual se objetiva. Nota-se que os alunos percebem que esta não é a realidade dos espaços onde atuam e, simplesmente a desconsideram como ferramenta, pelo modo em que a abordagem é realizada no curso.

Através dos questionários, foi possível ouvir os alunos e notar as articulações entre currículo, prática das aulas e o parecer deles concernente ao ensino de Regência na Instituição. Cereser (2004) aponta como sendo de grande importância a participação dos licenciandos nesses tipos de trabalho pelo aporte que eles podem dar, por suas experiências práticas:

Por considerar professores e alunos como importantes colaboradores para a pesquisa em educação musical, [...] trago essas duas possibilidades em uma mesma pessoa: o licenciando. [...] o licenciando, de um lado, é aluno na universidade, e, de outro, professor nos espaços onde atua. Isso o torna um colaborador em potencial nas pesquisas cujo tema é a formação de professores. (CERESER, 2004, p.30)

Desta forma, a estrutura do questionário apresentado aos alunos compunha vinte perguntas abertas seguindo um roteiro com o objetivo de obter informações acerca de: 1) experiências e formação anteriores ao ingresso na universidade como músico; 2) experiências e formação anteriores ao ingresso na universidade como professor e regente; 3) experiências com o ensino de Regência na universidade e função da regência no curso; e, 4) conclusões e

influência do desenvolvimento da competência da Regência para a utilização na prática profissional. O questionário foi respondido por 15 licenciandos que estavam cursando as diferentes disciplinas de Regência do semestre corrente (2015.2).

Deste modo, neste trabalho, através das respostas dos alunos, pode-se observar que, apesar de ser na Universidade que a maioria dos alunos aprende o gestual básico da regência, não é este o local que eles vivenciam esta como sendo uma ferramenta útil para profissão. Muitos já são professores e utilizam a regência mesmo sem conhecimentos específicos. Todos consideram as disciplinas de regência importante, porém, com os estudos realizados na Universidade, o máximo que conseguem observar é a convergência de conteúdos entre as disciplinas e apontam que deveria haver a aplicação prática das habilidades aprendidas durante o curso, com desenvolvimento de conjuntos nas escolas. Contudo, a UFRJ é uma instituição que, apesar de seu visível apelo ao *habitus conservatorial*, segue objetivando um caminho de desenvolvimento e equilíbrio entre os conhecimentos musicais e pedagógicos para o Curso de Licenciatura. Quanto a isto, Grings ressalta que

[na UFRJ] ainda que os conhecimentos pedagógico-musicais se refiram às formas de como ensinar o conhecimento musical legitimado, pode se esperar uma crescente preocupação com a figura do professor de música embora a figura do músico professor ainda esteja predominante” (GRINGS, 2011, p.130).

Vale notar que, quanto às formas de ministrar ensino, é preciso considerar alguns fatores como a formação dos professores que lecionam as referentes disciplinas, destacando que “muitos docentes que atuam nas licenciaturas não têm formação pedagógica - são músicos instrumentistas, regentes, compositores”, como argumenta Penna (2014, p. 8). Diante disso, destaca-se o fato de que o ensino pode ser voltado para a performance e o saber fazer, desarticulado com a realidade profissional do futuro educador. A vinculação das disciplinas do Bacharelado com a Licenciatura também pode ser um dos fatores responsáveis por deslocar o objetivo e funções da Regência para a ação pedagógica do licenciando. Neste caso, torna-se nebuloso tanto para o professor quanto para o aluno o lugar da regência no Curso de Licenciatura, já que não ocorre o desenvolvimento prático durante o curso do que é apreendido. Assim, ocorre o que é apontado por Lakschevtz (2006), sendo a regência somente mais uma disciplina a cumprir como pré-requisito para a obtenção do diploma.

Algumas questões surgiram ao analisar os dados, e que poderiam ser realizadas em pesquisas futuras, pois ajudariam a completar este trabalho. Uma delas refere-se à possibilidade de entrevista com os professores e coordenadores, e até mesmo, se possível,

com os professores que participaram da elaboração do Currículo do Curso de Licenciatura da UFRJ. Com os professores participantes da elaboração seria interessante saber as concepções que envolvem a inserção da regência como disciplina no currículo do Curso de Licenciatura. Quanto aos coordenadores e professores que ministram essas disciplinas, acredito que estes poderiam esclarecer acerca da estrutura e objetivo desta disciplina para o curso. É importante saber qual o olhar destes profissionais, pois acredita-se que estes influenciam diretamente na formação do aluno. O professor pela possível troca de saberes aula- a- aula com os alunos, conhecendo as necessidades e dificuldades dos mesmos. Os coordenadores por estarem diretamente ligados à administração, sempre atentos à funcionalidade das ferramentas de formação do curso. No caso das disciplinas de Regência, tendo eles conhecimento dos objetivos e funções desta para o licenciando, poderiam acionar formas de sanar as deficiências surgidas ao longo do curso por conta dos recursos disponíveis, entre outros fatores.

Deste modo, cabe refletir sobre quais seriam as soluções para, então, tentar resolver as questões encontradas nas disciplinas de Regência apontadas nesta pesquisa. Seria como já assinalado, propor o aumento da carga horária para as disciplinas? Ou que a Regência voltasse a ser uma habilitação como prescrito no currículo anterior? Ou deve-se então, separar algumas disciplinas do Bacharelado para que seja claro, desde o início, seus objetivos para o curso? Ou então que sejam criados projetos de extensão com desenvolvimento de coros com alunos em escolas públicas, afim de que os licenciandos possam exercer o que é aprendido em sala de aula? A iniciativa então poderia partir dos professores, em tentar expandir suas aulas com experiências com os alunos para além dos muros da sala de aula?

Diante das reflexões apresentadas, consideramos importante que novas pesquisas sejam desenvolvidas. Buscar alternativas nas propostas de solfejo e objeto sonoro de Pierre Schaeffer (MELO & PALOMBINI, 2006), aplicados à regência da música contemporânea, a música e teatro de John Paynter e o aluno-regente de Raymond Murray Schafer (FONTERRADA, 2008), o Soundpainting como proposta de composição e condução de grupos de Walter Thompson (THOMPSON, 2005), apontamos como alguns caminhos possíveis de desdobramento do ensino de regência para os educadores musicais. Estas respostas certamente trariam dados para pensarmos melhor a formação dos professores de música e sua realidade quanto à atuação profissional. Sendo assim, um divisor de águas para reflexão entre o que aprendemos para acrescentar e aprimorar nossa formação como profissionais críticos e competentes, como prescreve o Projeto Pedagógico, ou como meros reprodutores que atualizam, perpetuando, um modelo de ensino tradicional orientado pela musicalidade métrico- tonal.

Referências

CERESER, Cristina Mie Ito. A formação inicial de professores de música sob a perspectiva dos licenciandos: o espaço escolar. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 11, 27-36, set. 2004.

COSTA, Patrícia. Coro juvenil - uma alternativa para a continuidade do ensino de música nas escolas. In: Encontro Anual da Associação Brasileira de Educação Musical-ABEM. *Anais...* Campo Grande: UFMS, v. 16, p. 01-04, 2007.

D'ASSUMPCÃO JÚNIOR, José Teixeira. O regente de coro: educador e artista. In: I Simpósio Brasileiro de Pós-Graduandos em Música. *Anais...* Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Música/UNIRIO, 2010, p. 232- 243.

FIGUEIREDO, Sérgio Luiz Ferreira de. A regência coral na formação do educador musical. In. XVI Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música (ANPPOM). *Anais...* Brasília: Universidade de Brasília, 2006, p.885-889.

FONTEERRADA, Marisa Trench de O. De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação. São Paulo: Ed. da UNESP, 2005.

GRINGS, Bernardo. O ensino de regência na formação do professor de música: um estudo com três cursos de licenciatura em música na região sul do Brasil. Dissertação (Mestrado em Música). Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), 2011.

MELO, Fabrício; PALOMBINI, Carlos. O objeto sonoro de Pierre Schaeffer: duas abordagens. In: XVI Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música (ANPPOM). *Anais...* Brasília: Universidade de Brasília, 2006, p.817-820.

LAKSCHEVITZ, Eduardo. *Ensinando regência coral*. 2006. Disponível em: http://www.oficinacoral.org.br/admIN/upload/arquivo_download/Ensinando_Regencia_Coral.pdf. Acesso em: 29 set.2015, 15:34:37.

PENNA, Maura. A formação inicial do professor de música: por que uma licenciatura? 2014. Disponível em: http://aaesc.udesc.br/confaeb/Anais/maura_penna.pdf. Acesso em: 22 nov. 2015, 21:18:16.

PEREIRA, Marcus Vinicius Medeiros. Licenciatura em música e habitus conservatorial: analisando o currículo. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 22, n. 32, abr 2014.

THOMPSON, Walter. *Soundpainting: The Art of Live Composition*. Workbook I. Artwork. 2006.

¹ Projeto Canto orfeônico foi um projeto implantado por Villa-Lobos (1887-1959) , na década de 1930 , nas escolas brasileiras. Em breves palavras, este projeto buscava viabilizar a educação musical através do canto coral (GRINGS, 2011).

² *Habitus conservatorial* “[...] tem a música erudita como conhecimento oficial e como capital legitimado em disputa no campo em questão, determinando o sistema de cotação do que conta como conhecimento musical valorizado” (PEREIRA, 2014, p.109).